



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 10845.000670/2004-80
Recurso nº : 144.620
Matéria : IRPF - Ex(s): 2003
Recorrente : RUTH MACHADO
Recorrida : 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II
Sessão de : 08 de dezembro de 2005
Acórdão nº : 104-21.287

MULTA POR ATRASO - DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - SÓCIO DE EMPRESA - SITUAÇÃO CADASTRAL DE INAPTA - OBRIGATORIEDADE - INAPLICABILIDADE - Descabe a aplicação da multa prevista no art. 88, inciso II, da Lei nº. 8.981, de 1995, quando ficar comprovado que a empresa, na qual o contribuinte figura como sócio ou titular, se encontra em situação de inapta.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
RUTH MACHADO.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo (Relatora), Pedro Paulo Pereira Barbosa e Maria Beatriz Andrade de Carvalho, que negavam provimento. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Oscar Luiz Mendonça de Aguiar.

Maria Helena Cotta Cardozo
MARIA HELENA COTTA CARDOSO
PRESIDENTE

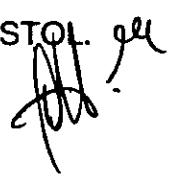
Oscar Luiz Mendonça de Aguiar
OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR
REDATOR-DESIGNADO

FORMALIZADO EM: 24 FEV 2006

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, MEIGAN SACK RODRIGUES e REMIS ALMEIDA ESTOL.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

Recurso nº. : 144.620
Recorrente : RUTH MACHADO

RELATÓRIO

DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Em nome da contribuinte acima identificada foi emitida a Notificação de Lançamento de fls. 04, exigindo o valor de R\$ 165,74, referente a multa pelo atraso na entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do exercício de 2003, ano-calendário de 2002.

DA IMPUGNAÇÃO

Cientificada da exigência em 19/02/2004 (fls. 13), a contribuinte apresentou, em 17/03/2004, tempestivamente, a impugnação de fls. 01/02, contendo as seguintes razões, em síntese:

- a contribuinte, paupérrima, idosa e enferma, vinha apresentando Declaração Anual de Isento, quando foi intimada a elaborar a Declaração de Ajuste Anual, sendo alertada sobre a cobrança de multa;

- a impugnante recebe benefício da Previdência Social no valor de R\$ 240,00 e não possui meios para pagar a multa exigida;

- há mais de dez anos, a contribuinte abriu uma microempresa, que del

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

funcionou por cerca de dois anos, porém tal atividade foi abandonada, não dispondo a impugnante de condições para encerrar a firma, perante a SRF.

Ao final, a contribuinte pede o perdão da multa.

DO ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Em 22/11/2004, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo/SP exarou o Acórdão DRJ/SP2 nº 9.954 (fls. 18 a 20), considerando procedente o lançamento, tendo em vista que a contribuinte consta como participante do quadro societário da empresa Benitez Confecções Ltda. - ME (fls. 11).

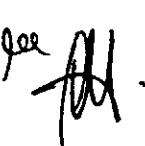
DO RECURSO AO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Cientificada do acórdão de primeira instância em 05/01/2005 (fls. 23), a interessada apresentou, em 19/01/2005, tempestivamente, o recurso de fls. 24/25, reiterando as razões contidas na impugnação, reforçando a condição de doença e pobreza em que se encontra.

As fls. 29 a Autoridade Preparadora esclarece que a recorrente encontra-se dispensada do arrolamento de bens, tendo em vista tratar-se de crédito tributário inferior a R\$ 2.500,00 (IN SRF nº 264/2002, art. 2º, § 7º).

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até as fls. 29, que trata do envio dos autos a este Primeiro Conselho de Contribuintes.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

VOTO VENCIDO

Conselheira MARIA HELENA COTTA CARDOZO, Relatora

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

Trata o presente processo, de exigência de multa pelo atraso na entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do exercício de 2003, ano-calendário de 2002.

A Instrução Normativa SRF nº 290, de 30/01/2003, que regulamentou a entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do exercício em tela, assim estabeleceu:

"Art. 1º Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2003 a pessoa física residente no Brasil, que no ano-calendário de 2002:

(...)

III - participou do quadro societário de empresa como titular, sócio ou acionista, ou de cooperativa;"

Conforme extratos dos sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal, a contribuinte é participante do quadro societário da empresa Benitez Confecções Ltda. - ME, que se encontra na situação de "Inapta" desde 14/09/1999 (fls.11).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

Embora a contribuinte argumente que a firma da qual participara encontra-se inativa, a regra acima não faz qualquer ressalva quanto à situação da empresa, bastando a condição de participante, seja como titular ou sócio, para que se configure a hipótese de obrigatoriedade de entrega da declaração.

Quanto ao pedido de perdão da multa, em face das condições econômicas da contribuinte, não há amparo legal para o seu atendimento.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.

Sala das Sessões - DF, em 08 de dezembro de 2005

Maria Helena Cotta Cardozo
MARIA HELENA COTTA CARDOZO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

VOTO VENCEDOR

Conselheiro OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR, Redator-designado

Pretende a recorrente a declaração de improcedência do auto de infração de que cuida o Processo Administrativo de número supra epigrafado, em síntese, sob os argumentos acima referenciados.

Conforme o relatório, a empresa da qual o contribuinte participa do quadro societário como titular ou sócio encontra-se inapta desde 14/09/1999, fato este de certa forma reconhecido na decisão *a quo* às fls. 19.

Ora, estando a empresa da qual a recorrente era titular “inapta” no exercício fiscalizado, não subsiste, pois, a obrigatoriedade na apresentação da declaração de rendimentos do seu titular. Não havendo que se falar em obrigação de apresentar a declaração de rendimentos, não há, também, que se falar em aplicação de multa em razão da entrega extemporânea. Nesse sentido é a jurisprudência desta Quarta Câmara:

“MULTA POR ATRASO NA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL -TITULAR DE EMPRESA INDIVIDUAL COM SITUAÇÃO CADASTRAL DE EMPRESA INAPTA - OBRIGATORIEDADE - INAPLICABILIDADE - Descabe a aplicação da multa prevista no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.981, de 1995, quando ficar comprovado que a empresa da qual a contribuinte figura, como sócio ou titular, se encontra na situação de inapta, desde que não se enquadre em nenhuma das demais hipóteses de obrigatoriedade.” (Número do Recurso: 137354, Câmara: Quarta, Número do Processo: 10580.001413/2003-32, Decisão: Acórdão 104-20958)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10845.000670/2004-80
Acórdão nº. : 104-21.287

Diante do exposto e do que mais constar dos autos, voto no sentido de conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a decisão “a quo”, julgar improcedente o lançamento, determinando-se o cancelamento da multa aplicada.

Sala das Sessões - DF, 08 de dezembro de 2005



OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR